

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 0328413-1 (NPU 0002018-58.2014.8.17.0000)**

Comarca: Paulista – 1ª Vara Cível  
Agravante: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
Agravados: ALDA LUCE SEVERINA DA SILVA E OUTROS  
Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**EMENTA E ACÓRDÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA CONHECIDA NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO CDC. ÔNUS DE PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.**

1. O deslocamento, para Justiça Federal, de processos que versam sobre seguro habitacional vinculado ao SFH se justifica somente quando houver requerimento da CEF, demonstrando o seu interesse jurídico em intervir como assistente através da comprovação da existência de apólice pública, bem como do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA. Entendimento consolidado no julgamento dos recursos repetitivos EDecl nos EDecl no RESP nº 1.091.393/SC e RESP nº 1.091.363/SC. Competência da Justiça Estadual para conhecer e julgar o presente caso. Súmula TJPE nº 94.

2. Não há manifestação da CEF requerendo intervenção no feito ou justificando o seu interesse jurídico com a demonstração de comprometimento do FCVS nesta demanda, de modo a motivar a remessa dos autos à Justiça Federal. Assim, não se encontram fundamentos para que ingresse na lide nem mesmo na condição de assistente.

3. Aplicável o CDC aos contratos vinculados ao SFH. Precedentes do STJ e do TJPE.

4. Correta a atribuição do ônus de produção da prova pericial à Seguradora, uma vez que protesta na sua contestação, de forma expressa e inequívoca, pela realização de perícia técnica de engenharia.

5. O arbitramento dos honorários do perito deve ser norteado por critérios como o grau de especialização do profissional, a diligência e o zelo com a atividade, a complexidade do exame, a capacidade financeira das partes, o local de realização da perícia, bem como devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

6. Honorários periciais mantidos em R\$ 6.000,00.

7. Agravo de instrumento **NÃO PROVIDO**.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Agravo de Instrumento nº 0328413-1**, em que figuram como agravante **Sul América Companhia Nacional de Seguros**, e como agravados **Alda Luce Severina da Silva e OUTROS**, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator.

Recife, 18-6-2014

  
Des. Bartolomeu Bueno  
Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo de Instrumento nº 0328413-1 (NPU 0002018-58.2014.8.17.0000)

Comarca: Paulista – 1ª Vara Cível

Agravante: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Agravados: ALDA LUCE SEVERINA DA SILVA E OUTROS

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido liminar de efeito suspensivo interposto por Sul América Companhia Nacional de Seguros, em face de decisão (fls. 58/59) proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Paulista, em sede de ação de indenização securitária no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

A decisão impugnada se restringiu a nomear perito em razão de requerimento formulado pela parte demandada em sua contestação, fixando desde logo o valor dos honorários periciais em R\$ 6.000,00, os quais deveriam ser depositados pela seguradora no prazo de 5 dias. Ainda no bojo da decisão vergastada, o magistrado estabeleceu o prazo de 30 dias para o perito entregar o laudo, formulou os quesitos do juízo e determinou a intimação das partes para que estas indicassem os seus assistentes técnicos e seus quesitos.

Inconformada com as disposições do referido *decisum*, a Sul América Seguros interpôs o presente agravo de instrumento, requerendo, liminarmente, a concessão do efeito suspensivo. No mérito recursal, a seguradora aduz que: a) a Justiça Federal é a competente para apreciar e julgar ação, com fulcro no art. 109, I, da CF, em razão do interesse da CEF e da União em ingressar no feito na qualidade de litisconsortes passivas necessárias; b) deve ser afastada a aplicação do CDC no caso concreto; c) o ônus da produção da prova pericial deve recair sobre os autores e não sobre a agravante, de acordo com a norma contida no art. 33 do CPC; d) estando os litigantes demandado sob o pálio da justiça gratuita, cabe ao Estado arcar com as despesas referentes aos honorários periciais; e) o valor dos honorários periciais, em caráter sucessivo, devem ser reduzidos para o patamar de R\$ 5.034,35 (cinco mil e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

O efeito suspensivo foi indeferido (fls. 225/226).

Contrarrazões da parte autora às fls. 236/288.

É o relatório. Peço Pauta.

Recife,

30-4-2014

Des. Bartolomeu Bueno  
RELATOR

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 0328413-1 (NPU 0002018-58.2014.8.17.0000)**

Comarca: Paulista – 1ª Vara Cível

Agravante: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Agravados: ALDA LUCE SEVERINA DA SILVA E OUTROS

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**VOTO**

**Competência da Justiça Federal e ilegitimidade passiva**

Um dos objetos de irresignação do recorrente se concentra em torno da definição de qual o ramo da Justiça comum seria competente para apreciar e julgar as ações pertinentes aos contratos de seguro celebrados no âmbito do SFH.

Tal matéria está sendo objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça, através da sistemática dos recursos repetitivos, consagrada no art. 543-C do Código de Processo Civil, no âmbito dos nos EDcl dos Edcl no REsp nº 1.091.393/SC e nº 1.091.363/SC.

Compulsando o estágio atual da tramitação do paradigma, verifica-se que os Edcl dos Edcl no Resp nº 1.091.393/SC já foram julgados sendo o voto vencedor o proferido pela Min. Nancy Andrighi, responsável pela lavra do acórdão, cujo teor merece transcrição:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, a Caixa Econômica Federal – CEF – detém interesse para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 – período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 - e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (apólices Públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.

5. Na hipótese específica dos autos, tendo o Tribunal Estadual concluído pela ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes.

(EDecl nos EDecl no REsp nº 1.091.393, Relator: Ministra Nancy Andrighi. 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Julgado em 10/10/2012).

Apesar de a aludida decisão ainda não estar encoberta do manto da coisa julgada, nada impede que a tese ali consagrada seja, desde já, aplicada, conforme entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes precedentes: AgRg no AREsp 175188/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/08/2012; AgRg no AREsp 138.817/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12.6.2012

Neste recente acórdão do recurso paradigmático, restou definido que a intervenção da Caixa Econômica Federal apenas poderá ser realizada na qualidade de assistente, nos termos do art. 50 do CPC, e não como litisconsorte necessária, já que no âmbito do seguro habitacional, inexistente relação jurídica entre a CEF e o mutuário. Ademais o pedido de intervenção apenas pode ser requerido quando o contrato de seguro habitacional tiver sido celebrado entre 02.12.1988 e 29.12.2009, interregno em que houve comercialização de apólices públicas com garantia pelo FCVS.

Dessa forma, para que se justifique o deslocamento para a Justiça Federal das ações que versam sobre seguro habitacional no âmbito do SFH, é indispensável que, além do requerimento expresso da CEF para intervir como assistente, a apólice securitária seja de natureza pública e exista, nos autos do processo, prova do comprometimento do FCVS (Fundo de Compensação e Variação Salarial), com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA (Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice).

Como já destacado na decisão interlocutória (fls. 225/226), em análise aos documentos que instruem este Agravo, não enxerga este relator haver qualquer registro de manifestação da Caixa Econômica Federal requerendo intervenção no feito ou justificando o seu interesse jurídico com a demonstração de comprometimento do FCVS nesta causa, a motivar a remessa dos autos à Justiça Federal. A falta de pedido da CEF para ingressar no feito é fato que, por si só, já obsta a análise dos demais requisitos autorizadores da remessa dos autos à Justiça Federal.

Em razão dessas considerações, a **Justiça Estadual** é competente para processar e julgar a presente ação.

**Aplicabilidade do CDC e ônus de produção da prova pericial**



A agravante sustenta que não se aplica o CDC aos contratos de seguro habitacional vinculados ao SFH, não cabendo, por isso, a inversão do ônus da prova. Atribui, com base no art. 33 do CPC, que o ônus de produzir a prova pericial deve ser atribuído à parte autora.

Registre-se, desde já, ser entendimento do egrégio STJ quanto à aplicabilidade do CDC aos contratos de seguro habitacional. Observem-se os arestos a seguir:

**AGRAVO REGIMENTAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA CONTRA SEGURADORA. APLICAÇÃO DO CDC. MULTA DECENDIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. MORA. SÚMULA STJ/7. DECISÃO AGRAVADA MANUTENÇÃO. (...) 2.- Este Tribunal já definiu que se aplicam as regras do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de financiamento vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (3ª Turma, AgRg no REsp 1093154/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, unânime, Data do Julgamento 16/12/2008, DJ de 20/02/2009). (...) 5.- Agravo Regimental improvido. (STJ. AgRg no AREsp 219198/SC, 3ª Turma, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, julgado em 16/10/2012).**

**AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, CPC) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CEF POR INEXISTIR LESÃO AO FCVS - RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELOS VÍCIOS DA CONSTRUÇÃO - APLICABILIDADE DO CDC - (...) 3. Aplica-se a legislação consumerista às relações regidas pelo SFH, inclusive aos contratos de seguro habitacional, porque delas decorre diretamente. (...) 5. Agravo regimental desprovido. (STJ. AgRg no AREsp 189.388/SC, 4ª Turma, Relator: Ministro MARCO BUZZI, julgado em 09/10/2012). Grifos nossos.**

E também este TJPE já se manifestou reiteradamente sobre o tema, seguindo a mesma orientação daquela Corte Superior. O seguinte precedente ilustra bem a questão:

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO POR INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL, ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADAS. MÉRITO: CONTRATO ADESIVO. INCIDÊNCIA DO CDC. RISCO DE DESMORONAMENTO COMPROVADO. DANOS CAUSADOS POR VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. EXCLUSÃO DE COBERTURA NÃO PREVISTA NO CONTRATO. INDENIZAÇÃO DO SINISTRO DEVIDA. PREVISÃO DE MULTA DECENDIAL. OBRIGATORIEDADE DE CUSTEIO DOS ALUGUÉIS, DESPESAS CONDOMINIAIS E MÚTUOS PELA SEGURADORA. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA NO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO ASSISTENTE TÉCNICO DOS AUTORES E DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL. POSSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA. (...) 4. Tratam-se de seguros de massa, impostos na regulação do Sistema Financeiro da Habitação, a que só poderiam aderir os mutuários do sistema, impossibilitados de qualquer negociação, razão por que as cláusulas devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao aderente, de acordo com as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor aplicáveis à espécie, notadamente o artigo 47; (...) 10. Apelo parcialmente provido por unanimidade. (TJPE. Apelação nº 169862-6, 4ª Câmara Cível, Relator: Des. Francisco Manoel Tenorio dos Santos, julgado em 30/4/2009).**

*Bl.*

Com relação ao ônus da prova, verifica-se à fl. 147 que na sua contestação a própria Seguradora protesta, de forma expressa e inequívoca, pela realização de perícia técnica de engenharia. Destarte, nada há a reparar na atribuição do ônus da prova feita pelo magistrado *a quo*, vez que o próprio demandado requereu a produção da referida prova, restando prejudicada qualquer discussão a respeito da inversão do ônus, já que esta não ocorreu.

### Valor dos honorários periciais

Por fim, no que tange aos honorários periciais, verifica-se que o magistrado de 1º grau arbitrou estes no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), destinados a periciar o prédio onde estão alocados os setes imóveis dos autores. O recorrente requer a redução do valor para o patamar de R\$ 5.034,35 (fl. 26)

O arbitramento dos honorários do perito deve ser norteado por critérios como o grau de especialização do profissional, a diligência e o zelo com a atividade, a complexidade do exame, a capacidade financeira das partes, o local de realização da perícia, bem como devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

No caso concreto, é necessário considerar que além da vistoriar os sete imóveis dos autores, é imprescindível analisar a estrutura do prédio como todo, especialmente a fundação deste, já que se trata de vício construtivo. Dessa forma, apesar de serem sete imóveis, o trabalho a ser empreendido pelo perito é complexo, o que deve ser considerado na fixação do valor dos honorários.

Por derradeiro, cabe destacar que dividindo o valor de R\$ 6.000,00 por sete – números de imóveis periciados – ficaria aproximadamente de 857,00 (oitocentos e cinquenta e sete reais) por unidade habitacional. Valor este que não é excessivo e se aproxima dos parâmetros fixados por esta Câmara em casos análogos. Vejamos o recente precedente julgado este ano pela 3ª Câmara Cível, por unanimidade:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA CONHECIDA NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ILEGITIMIDADE ATIVA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INÉPCIA DA INICIAL. PRESCRIÇÃO. ARGUMENTOS REJEITADOS. INCIDÊNCIA DO CDC. ÔNUS DE PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM.

1. O deslocamento, para Justiça Federal, de processos que versam sobre seguro habitacional vinculado ao SFH se justifica somente quando houver requerimento da CEF, demonstrando o seu interesse jurídico em intervir como assistente através da comprovação da existência de apólice pública, bem como do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA. Entendimento consolidado no julgamento dos recursos repetitivos EDecl

nos EDecl no RESP nº 1.091.393/SC e RESP nº 1.091.363/SC. Competência da Justiça Estadual para conhecer e julgar o presente caso. Súmula TJPE nº 94.

(...)

11. Correta a atribuição do ônus de produção da prova pericial à Seguradora, uma vez que protesta na sua contestação, de forma expressa e inequívoca, pela realização de perícia técnica de engenharia.

12. O arbitramento dos honorários do perito deve ser norteado por critérios como o grau de especialização do profissional, a diligência e o zelo com a atividade, a complexidade do exame, a capacidade financeira das partes, o local de realização da perícia, bem como devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

13. Honorários periciais mantidos em R\$800,00 por imóvel.

14. Agravo de instrumento não provido.

(TJPE. AI nº 322777-6. 3ª Câmara Cível. Rel. Substituto: Juíza Cátia Luciene Laranjeiras. Data de Julgamento: 21/03/2014. Data de Publicação: 27/03/2014)

Ademais, a quantia está de acordo com a capacidade financeira da Seguradora e contempla a dignidade da atividade profissional do perito, sem ensejar o seu enriquecimento sem causa.

Portanto, deve ser mantida a quantia, fixada pelo magistrado *a quo* em R\$ 6.000,00, destinada ao pagamento dos honorários periciais.

Ante todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento.

Recife, 18-6-2014



Des. Bartolomeu Bueno  
Relator